

Isabel Almeida

Navegando por versos d'Os Lusíadas.

Para uma leitura do final do canto VIII*

QUEM NAVEGA PEL'OS LUSÍADAS, ACHA RAZÕES PARA SE deter no final do canto VIII e para observar, associado ao estu- pendo excurso que o fecha (a intervenção do poeta acerca do “poder corruptor do ouro”),¹ um episódio do conflito entre o Casal e Vasco da Gama, na “terra de riquezas abundante” (VII, 1, 8).

Os cantos VII e VIII, em boa medida preenchidos pela *ephasis* através da qual se revisita a história portuguesa narrada já nos cantos III e IV, cedo des- pertaram admiração junto dos leitores mais antigos. Melhor: a longa descri- ção de imagens pintadas em bandeiras de seda (*i.e.*, a “muda poesia” explicada por Paulo da Gama ao Samorim) cativou os primeiros comentadores. O que parece não os ter entusiasmado foi o relato do comportamento de Vasco da Gama em Calecut (VIII, 93-96). Fala por si, a magreza dos escólios de Manuel Correia ou Pedro de Mariz (1613),² bem como a argumentação vacilante de

Isabel Almeida é professora do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

* A primeira versão deste texto foi apresentada na Universidade Aberta, em 2013, no Colóquio *Escritas para sempre já ficais*, em homenagem à memória de Mafalda Féria Cunha. Se a profes- sora Cleonice Berardinelli tivesse conhecido Mafalda Féria e tivesse autografado, para ela, um exemplar dos seus *Estudos camonianos*, escreveria decerto palavras como as que tenho a alegria de encontrar quando abro o meu livro: “À Isabel, retribuindo a simpatia com que me olha”...

¹ Cleonice Berardinelli, “Os excursos do poeta n'Os Lusíadas”, in *Estudos camonianos*, Nova edi- ção revista e ampliada, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Cátedra Padre António Vieira/ Instituto Camões, 2000, p. 39.

² Pedro de Mariz foi o responsável pela edição de *Lusíadas* (...) *commentados*. Manuel Correia Ferreira já, e Mariz afirma que interferiu na obra, sem no entanto definir a fronteira entre o seu trabalho e o de Manuel Correia. Hoje é impossível esclarecer esta questão, pelo que se afigura prudente, ao evocar *Lusíadas* (...) *commentados*, admitir como autores ambos os interventores, Ferreira e Mariz. Ver Isabel Almeida, “Correia, Manuel”, in Vítor Aguiar e Silva (coord.), *Dicio- nário de Luís de Camões*, Alfragide: Caminho, 2011, p. 294-298.

Manuel de Faria e Sousa quando, nas *Lusiadas* (...) *commentadas* (1639), se ocupou do mesmo lugar.

Repare-se: por norma, Faria e Sousa aclama Camões. A respeito das estrofes mencionadas, porém, admite uma quebra na “alteza de estilo”; considera que o poeta traz para a ribalta “motivos (...) poco sublimes” e lamenta vê-lo “baxar a particularidades de semeiantes tratos, i contendas, contra si mesma costumbre, que es passar bolando por cosas mas abultadas”. Dai que declare, com iniludível embaraço: “confesso, que lo pudiera aver tratado con más alteza, i prissa.”³

Em que consiste, segundo Faria e Sousa, esse “baxar a particularidades”, que turva o canto épico e ofusca a costumada “alteza de estilo”? No desenrolar de uma intriga mesquinha. Em síntese: o Catual de Calecut retém Vasco da Gama, que desembarcara para se encontrar com o Samorim; insiste para que mande “chegar a terra a armada” (VIII, 90); e, em face da recusa do Capitão,

Diz-lhe que mande vir toda a fazenda

Vendibil que trazia, pera a terra,

Pera que, devagar, se troque e venda;

Que, quem não quer comércio, busca guerra.

Posto que os maus propósitos entenda

O Gama, que o danado peito encerra,

Consente, porque sabe por verdade

Que compra co a fazenda a liberdade.

Concertam-se que o Negro mande dar

Embarcações idóneas com que venha;

Que os seus batéis não quer aventurar

Onde lhos tome o imigo, ou lhos detenha.

Partem as almadias a buscar

Mercadoria Hispana que convenha;

Escreve a seu irmão que lhe mandasse

A fazenda com que se resgatasse.

3 Manuel de Faria e Sousa, *Lusiadas de Luis de Camões. Comentadas por* (...), Reprodução fac-similada da edição de 1639, vol. II, Lisboa, INCM, 1972, canto VIII, col. 522.

Vem a fazenda a terra, aonde logo

A agasalhou o infame Catual;

Co ela ficam Alvaro e Diogo,

Que a pudessem vender pelo que val.

Se mais que obrigação, que mando e rogo,

No peito vil o prémio pode igual,

Bem o mostra o Gentio a quem o entenda,

Pois o Gama soltou pela fazenda. (VIII, 92-94)

Não é único, n^o *Os Lusiadas*, este “baxar a particularidades de semeiantes tratos, i contendas”. Lembremos o destaque dado por Camões à desavença que ensombra o carácter de D. Afonso Henriques – o rei fundador – e o de sua mãe, explicitamente acusada de “peca[r]” por “incontinência mã” e “cobiça feia” (III, 32). Manuel Correia ou Pedro de Mariz apressaram-se a reprovar:

*Não pode deixar de me parecer mal, em cousa tão duvidosa tratar tão de propósito, como aqui o Poeta tratta, & trattão outras historias da hõra de hũa senhora, trõca, & fonte dos Reys desta nossa terra. E pois o Poeta falla no principio desta materia como de cousa incerta, & muitos a tê por fabulosa. O melhor fora, ou dissimular de todo, ou falar por termos mais honestos.*⁴

A ser fidedigna a versão do manuscrito de Pedro Coelho, Camões atenuou, no texto definitivo d'*Os Lusiadas*, traços disfóricos do retrato de d. Teresa.⁵ Ainda assim, assumindo a fragilidade da informação aplicada (“Mas o velho rumor – não sei se errado, / Que em tanta antiguidade não há certeza – / conta ...”) (III, 29), incluiu na obra matéria escandalosa, o que merece nota. O rumo que o poeta imprime aos seus versos, as escolhas que realiza (dizer ou silenciar, ampliar ou reduzir, detalhar ou dissolver) significam tanto mais quanto exprimem maneiras de explorar possibilidades contidas no seu horri-

4 *Os Lusiadas do grande Luis de Camoens. Principe da poesia heroica. Commentados pelo Licenciado Manoel Correa* (...), Lisboa: Pedro Crasbeck, 1613, fls. 81v-82.

5 No texto que Faria e Sousa disse ter encontrado no manuscrito de Pedro Coelho (“unas torpezas indelitas”), segue-se de perto a narrativa de Duarte Galvão, na *Crónica de D. Afonso Henriques*. Ver Manuel de Faria e Sousa, *Lusiadas de Luis de Camões. Comentadas por* (...), vol. I, canto III, col. 43; Valéria Tocco, *A lina destemperada. Sobre a tradição manuscrita de Os Lusiadas*, Bari: Adriatica Editrice, 2005.

zonte. No caso de um autor como Camões, para quem escrever uma epopeia implicaria emular uma tradição carregada de prestígio e lidar com múltiplas fontes sem a nenhuma precisar de obedecer (não ensinara Aristóteles que a poesia compete abarcar o universal?), há que ver quais os textos que mobiliza e o que com eles faz.

Todas as relações são relevantes – desde logo, aquelas que o poeta engendra ao urdir a própria obra. Um exercício comparativo que coloque, lado a lado, o final do canto VIII e o início do canto VII (eufórica celebração da chegada à Índia) causa o arrepio a que Camões raramente poupa o seu leitor. No início do canto VII brilha a confiança nos portugueses, a que o poeta, numa tirada exuberante, chama “poucos quanto fortes” (VII, 3); brilha o orgulho na re-criação de alemães, ingleses, franceses, italianos, loucos protagónicos de monstruosas lutas no seio da Cristandade; brilha o vigor espiritual da “pauca casa Lusitana”, que ao Oriente “vem samear de Cristo a lei / E dar novo costume e novo Rei” (VII, 14,15). Pelo contrário, no fim do canto VIII, Camões faz sobressair o triunfo da corrupção, narrando actos sem heroísmo e denunciando a influência perversa do dinheiro.

À dinâmica intratextual, acresce a da intertextualidade. O começo do canto VII imita um fragmento do *romanzo* de Ariosto, *Orlando Furioso* (XVII, 73-79): “Ímita” no sentido que a poética quinhentista (de acordo com matrizes greco-latinas) conferiu a este termo: no século XVI, imitar era assimilar, recriar, gerar, com base num modelo, nova obra, em que se conjugariam efeitos de eloquente semelhança e de criteriosa diferença. Por isso mais impressionante e audaz transformação produzida na entrada do canto VII: o que no *romanzo* é a censura aos “superbi e miseri cristiani”⁶ (esquecidos da reconquista de Jerusalém mas entregues, entre si, à guerra e à cobiça), converte-se, n’*Os Lusíadas*, em parte de um encómio. Como se tudo pudesse mudar para melhor, Camões apropriaria-se dos versos ariostescos para encarecer Portugal e a sua capacidade de mudar o vasto mundo. Ao invés, a rematar o canto VIII, o poeta volta fielmente à lição dos clássicos (Virgílio, Plutarco, Ovídio) e vituperava a intemporal *auri sacra fames*. Então, do “infame Catural”, em cujo “peito vil” manda o desejo de *ter*, desliza para uma crítica arrasadora (VIII, 96):

6 Ludovico Ariosto, *Orlando Furioso. A cura di Cesare Segre*, vol. I, Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1990, p. 391 (XVII, 73).

Vejá agora o juízo curioso
Quanto no rico, assi como no pobre,
Pode o vil interesse e sede imiga
Do dinheiro, que a tudo nos obriga.

Como num fresco de Rafael, em que uma figura olha para fora do espaço pictórico, em busca de um “juízo curioso” que a contemple e com ela dialogue, o poeta dirige-se ao leitor e exige-lhe que se reveja no mundo representado: *nós* não temos como furtar-nos à interpelação, nem sequer o poeta se isenta do que peremptoriamente e sem apelo formula como uma lei absoluta. Aliás, estrofe após estrofe reitera-se que a tirania do ouro não conhece barreiras: afecta o mito e a história, o passado e o presente. Restará concluir que o actual corrupto pode ser o *nosso* espelho? A advertência é demasiado incisiva para ser involuntária e, sobretudo, demasiado brutal para não ser tida em conta.

Sem margem para dúvidas, condena-se a tirania do ouro. Mas o que pensar do episódio que dá azo a este discurso? O texto consente leituras díspares, conduzindo sempre à mesma evidência. Comprar “co a fazenda a liberdade” tanto vale como um gesto de prudente capitão como constitui um desvio da firmeza heróica que pouco antes o poeta elogia ao Gama (“insiste o Malabar em tê-lo preso / Se não manda chegar a terra a armada; / Ele, constante e de ira nobre aceso, / Os ameaços seus não teme em nada.”) (VIII, 90). Seja qual for o ângulo de apreciação, não há como fugir ao óbvio: comprar “co a fazenda a liberdade” é uma cedência à cobiça do Catural – e a cobiça é cotada, n’*Os Lusíadas*, como anti-valor. Onde fica o sonho de introduzir no Oriente “leis milhores” (II, 46)?

Camões frisa que neste negócio não há lugar para ilusões. Não as tem o Gama (um Gama agora lúcido e céptico, muito outro do que surge nos primeiros cantos do poema):

Posto que os maus propósitos entenda
O Gama, que o danado peito encerra,
Consente, porque sabe por verdade
Que compra co a fazenda a liberdade.

Não as deverá ter o leitor, desafiado a *entender* esta história como um exemplo. A corrupção tudo mina – tal é a perspectiva inculcada:

Se mais que obrigação, que mando e rogo,
No peito vil o prêmio pode igual,
Bem o mostra o Gentio a quem o entenda,
Pois o Gama soltou pela fazenda.

Camões moldou a personagem do Capitão à luz das crónicas, fundamentando na *inventio* da epopeia. São as *Décadas da Ásia*, de João de Barros, muitas vezes mais do que a *Crónica do felicíssimo rei D. Emmanuel*, de Damião de Góis, ou o *Livro da conquistista e descobrimento da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda a “alma” d’*Os Lusíadas*. Ora, no que concerne o passo em questão, detecta-se um trabalho de *contaminatio*, i.e., um cruzamento de várias fontes.

Barros, apostado em conseguir sobriedade, evitara o tema do sequestro, apesar de referir que, ao sair em terra, o Gama “viu que o retinham”:

côveo a Vasco da Gamma leixar em terra com algũa pouquidade disso que lavavam pera compra de mantimentos a Diogo Diaz por feitor, Alvaro de Braga por escrivã, Fernam Martinz lingua, e quatro homes do seu serviço, até ver em que parava o despacho do Camorij. Os ministros desta obra tãoto q[ue] per ella foram seguros, cōsentriram q[ue] Vasco da Gama se embarcasse...?

Distinta da crónica de Barros, a narrativa de Góis registava o tempo durante o qual o Gama havia sido sujeito a pressões (“todo aquelle dia”):

alho outro, que eram dous de Junho, assentaram ambos que se levassem a terra das cousas que trazia de Portugal has que lhe parecesse que eram pera com ellas poder comprar especiarias, e ho que fosse necessario, e que ho deixaria ir perdas suas, ho que Vasco da Gama logo pos em obra, e tudo ho que lhe trouxeram entregou alho mesmo Catural, e assi Diogo diaz que ficava por feitor, e Alvaro de braga por scrivam.

7 Ásia de João de Barros, (...) *Primeira Década*, fac-símile da edição de 1932. Lisboa: INCM, 1988, p. 156-157.

8 *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel composta por Damião de Góis*, Nova edição conforme a

Camões não perfilha a concisão depuradora de Barros e mostra-se sensível a pormenores transmitidos por Góis, mas vai mais longe: o Gama “constante”, que ousa enfrentar o Catural, tem algum paralelo no texto de Fernão Lopes de Castanheda (e no de Alvaro Velho), onde o Capitão conserva, sem falha, essa coragem. N’*Os Lusíadas*, porém, a coragem acaba substituída pela prudência. Embora Camões não ignore Castanheda, dele não retoma nem as minúcias do sequestro (o Gama estaria cativo com alguns dos seus homens etc.) nem o desfecho airoso. Para Castanheda, é um Catural “espantado de ver não pouco lhes dava de os terem assi, e da constancia de Vasco da gama não querer mädar chegar os navios a terra, nem conceder em nenhũa das cousas que lhe pedia”, que, movido também pelo “medo” do Samorim, decide soltá-lo:

E ao outro dia q[ue] foy sabado dous de Junho, disselle que pois disserra a el rey que tiraria sua mercadoria em terra que a mandasse tirar, porque ho seu costume era: q[ue] qualquer mercador que vinha a Calicut punha logo em terra sua mercadoria e gente: e não tornava aos navios se não depois de a ter vendida: e q[ue] como a mercadoria viesse ho deixaria tornar aos navios. E ainda que parteeo a Vasco da gama q[ue] lhe não falava verdade, disselle q[ue] logo maldaria pola mercadoria...?

Em suma, n’*Os Lusíadas*, o relato do conflito entre o Gama e o Catural é o fruto de um complexo labor – um mosaico pelo qual se insinua, na história narrada, se não fracasso, fraqueza: da resistência, o Gama passa ao *consentimento*; da “ira nobre” passa ao pragmatismo de quem tudo “sabe por verdade” mas aceita jogar um jogo iníquo.

O melindre e a força deste passo percebem-se na recepção e na projecção de que foi objecto. Para fazer essa prova, bastará evocar Diogo do Couto, Julius Mickle e Gonçalo M. Tavares. Todos (cada um a seu modo e em seu tempo) foram leitores d’*Os Lusíadas*.

Diogo do Couto apregeou uma estreita ligação a Camões.¹⁰ Que comenta-

primeira de 1566, parte I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1949, p. 100-101.

⁹ *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses por Fernão Lopes de Castanheda*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. I, Porto: Lello & Irmão, 1979, p. 58.

¹⁰ “Este Inverno reformou o Camões suas Lusíadas e me pediu has commentasse, o que eu comencei fazer e tendo quatro cantos findos que me embeberão mais de sinco mãos de papel por ser o

rios redigiria sobre a épica? A julgar pelo *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia* (1599), o final do canto VIII havia de suscitar-lhe incômodo semelhante ao que Faria e Sousa confessou:

Vasco da Gama vendo aquellas cautellas dos naires e regedores arceou que não tivesse bom fim aquelle seu negocio e que totalmente lhe empedissem a embarcação the lhe passar a monção pera ficar outra ves na Índia o que seria perdição total sua e de toda aquella companhia o que elle sentia mais por recear não ficar quem levasse novas a el rey daquelle descubrimento pello risco que corria elle e todos os seus e com a hera homeni colerico e apressado nas rezoluções escreveu logo a seu irmão Palla da Gama tuado o que passava e o que tenia pedindolhe que mandasse logo dezerentuar algumas fazendas e com ellas Diogo Dias Avaro da Braga pera feytor e escrivão e Fernão Nunes lingoa e quatro homes de serviço da feytoria por que pella ventura com a cobissa da fazenda o largassem e que quando não tanto que a monção de se partir para o Reyno chegasse logo se fizesse a vella sem tratar delle e levasse a el rey news do que tinha descuberto e as mostras das especiarias pello que elle se havia por muito diizo ficar naquele cativero e acabar nelle por serviço de seu rey (...).¹¹

Couto, que de perto segue (e decalca) João de Barros nas páginas do *Tratado*, absorve igualmente texto de Castanheda, ao atingir este momento. No entanto, o Gama de Castanheda asseverava ficar “seguro”¹² em Calecut se ali fosse obrigado a permanecer, e esta ideia não agradaria a Couto, que se esmera a

comento muito copioso, porque pera se fazer bem era necessario declarar tudo o que Vasco da Gama contou ao rey de Melinde da origem de Portugal e de seus reys e tudo o que aquella miã lhe mostrou na ilha de Santa Elena dos visorreys que avião de governar a Índia e todos os seus feitos mas atalhou-me isto mandar-me Sua Magestade que escrevesse a Historia da Índia, e se aqueles feitos daquelles visorreys não relatei no comento o fiz mais largamente em nove Decadas da Historia da Índia que tenho compostas, de que andão já sinco, ou seis impressas. E os cantos que tinha comentados cessarão e os lancei em carveiro (sic).” Maria Augusta Lima Cruz anota: “Trata-se com toda a certeza, de ‘carveiro.’” (Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, vol. I, Lisboa: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/INCM, p. 472).

11 Diogo do Couto, *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e de seus filhos na Índia*, Introdução e leitura e glossário de José Manuel de Azevedo e Silva. João Marinho dos Santos, Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 61.

12 *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses por Fernão Lopes de Castanheda*, p. 58.

compor um Gama com vocação de mártiro, condizente com o que, ressaltando no canto IV d’*Os Lusíadas* (“Por vós, ó Rei, o espírito e carne é pronta.”) (IV, 80, 8),¹³ depois se esfumava. A memória da epopeia estará presente no *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia* (até na frase “pella ventura com a cobissa da fazenda o largassem”...); Diogo do Couto, porém, rejeita e altera a conduta que Camões acaba por atribuir ao Capitão.

A esta reação correctora somar-se-ia, em meados do século XVIII, a do tradutor Julius Mickle. Insatisfeito com o final do canto VIII e o principio do canto IX, Mickle modificou-os substancialmente, ora com supressões censórias ora com expansões de sua lavra: o Gama desta versão inglesa ganha a fúria de um Condestável, que, exímio nas armas e na retórica, combate contra o chefe e as gentes de Calecut (“Yet, though in chains I stand, my fleet is free. / The bitter taunts of scorn the brave disdain; / Few be my words, your arts, your threats are vain.”).¹⁴ Para Julius Mickle, intervir no texto de Camões seria uma forma de salvar a dimensão heroica do poema.

Nos antípodas deste zelo, Gonçalo M. Tavares preservaria o que ao tradutor inglês se afigurou intolerável. Importa notá-lo, quando o que avulta são derivas, metamorfoses, contrastes. *Uma viagem à Índia* é um “prosaico poema, antipoe-ma e hiper-poema”¹⁵ onde a paródia sistemática d’*Os Lusíadas* resulta na exibição de uma mundividência desencantada. Em sintonia com Tácito ou Salomão, Gonçalo M. Tavares enfatiza que o tempo corre, mas os homens não mudam: “Estamos em 2003/ e ainda nada de novo debaixo do sol.”¹⁶ Há males perenes, e “O inferno não começou, propriamente, hoje.”¹⁷ “Cobiça mútua”, “sempre existe

¹³ O versículo evangélico (Marcos, 14. 38) diz: “O espírito na verdade está pronto, mas a carne é fraca.”

¹⁴ *The Lusíad, or The Discovery of India. An Epic Poem. Translated from the Original Portuguese of Luis de Camoëns. By William Julius Mickle*, Oxford: Jackson and Lister, 1776, p. 359. Sobre a tradução de Mickle, veja-se o estudo de Thomas F. Earle, “As traduções da obra camoniana para inglês existentes na biblioteca de D. Manuel II”, in José Augusto Cardoso Bernardes (coord.), *Camões nos prelos de Portugal e da Europa (1569-2000). A Bibliotheca Camoniana de D. Manuel II*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Fundação da Casa de Bragança, 2015, p. 165-174.

¹⁵ Eduardo Lourenço, “Uma viagem no coração do caos?”, Prefácio a Gonçalo M. Tavares, *Uma viagem à Índia. Melancolia contemporânea (um itinerário)*, 3ª edição, Alfragide: Caminho, 2011, p. 13.

¹⁶ Gonçalo M. Tavares, op. cit., p. 193.

¹⁷ *Ibid.*, p. 151.

no mundo”;¹⁸ “os humanos não são uma obra-prima de Deus”¹⁹ são “os animais mais velhacos do universo”²⁰ pois todos falam “a mesma língua antiga, a de quem quer predador”.²¹ É neste quadro que, no fim do canto VIII de *Uma viagem à Índia*, se afirma, com a frieza da ironia, o que Camões denuncia com o *pathos* indignação: o diagnóstico é idêntico (“o dinheiro, como há muito Bloom saltou / torna os homens previsíveis, / como a galinha que segue até ao fim dos dias uma linha recta traçada no chão.”);²² análogo é o episódio que o desentata. Não obstante todas diferenças que a análise miúda do texto apura, o *Camões* e o “herói-anti-herói”²³ de Gonçalo M. Tavares tocam-se, aqui, e a tangência diz muito sobre *Os Lusíadas*. Navegamos num mar sem fim.

18 Ibid., p. 349.

19 Ibid., p. 443.

20 Ibid., p. 370.

21 Ibid., p. 421.

22 Ibid., p. 363.

23 Eduardo Lourenço, op. cit., p. 17.